

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI
FUNDAÇÃO CEARENSE DE PESQUISA E CULTURA – FCPC
ADITIVO Nº 01/2026/ARACATI/FCPC
(RETIFICA O EDITAL Nº 02/ARACATI/FCPC, DE 24 DE AGOSTO DE 2026)
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL, MÉDIO
E NÍVEL SUPERIOR

EDITAL Nº 02/ARACATI/FCPC, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARACATI, no uso de suas atribuições legais, resolve RETIFICAR as seguintes informações do EDITAL Nº 02/ARACATI/FCPC, DE 24 DE AGOSTO DE 2026, referente ao CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR, mediante as condições estabelecidas no referido Edital, conforme segue:

1. ALTERAÇÃO DO ITEM 3.1.1.

ONDE SE LÊ:

3.1. AUDITOR FISCAL – NÍVEL SUPERIOR

3.1.1. Requisitos: Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Direito, Administração, Ciências Contábeis ou Economia, expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.

LEIA-SE:

3.1. AUDITOR FISCAL – NÍVEL SUPERIOR

3.1.1. Requisitos: **Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em nível superior, em qualquer área de formação, expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.**

2. ALTERAÇÃO DO ITEM 3.6.1.

ONDE SE LÊ:

3.6. FISCAL AMBIENTAL – NÍVEL SUPERIOR

3.6.1. Requisitos: Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em nível superior, em qualquer área de formação, expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC, acrescido de diploma ou certificado de conclusão de Curso Técnico em Meio Ambiente, com carga horária mínima de 1.200 (mil e duzentas) horas.

LEIA-SE

3.6. FISCAL AMBIENTAL – NÍVEL SUPERIOR

3.6.1. Requisitos: **Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em nível superior, em qualquer área de formação, expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.**

3. ALTERAÇÃO DO ITEM 3.12.1.

ONDE SE LÊ:**3.12. TERAPEUTA ABA – NÍVEL SUPERIOR**

3.12.1. Requisitos: Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Psicologia, Pedagogia, Fonoaudiologia ou Terapia Ocupacional, expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC, acrescido de certificado de curso de capacitação ou formação em Análise do Comportamento Aplicada – ABA (Applied Behavior Analysis), com carga horária mínima de 120 (cento e vinte) horas, expedido por instituição regularmente constituída, e registro profissional ativo no respectivo conselho de fiscalização profissional, quando legalmente exigível para o exercício das atribuições correspondentes.

LEIA-SE:**3.12. TERAPEUTA ABA – NÍVEL SUPERIOR**

3.12.1. **Requisitos: Diploma, devidamente registrado, de curso de graduação em Psicologia, Pedagogia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Educação Física (Bacharelado) ou Psicomotricidade, expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC,** acrescido de certificado de curso de capacitação ou formação em Análise do Comportamento Aplicada – ABA (Applied Behavior Analysis), com carga horária mínima de 120 (cento e vinte) horas, expedido por instituição regularmente constituída, e registro profissional ativo no respectivo conselho de fiscalização profissional, quando legalmente exigível para o exercício das atribuições correspondentes.

4. ALTERAÇÃO DO ITEM 3.17.**ONDE SE LÊ:**

Nível	Cargo	Vencimento Básico	Carga Horária
Superior	Auditor Fiscal	R\$ 3.347,94	40h/s
Superior	Arquiteto	R\$ 5.431,00	40h/s
Superior	Assistente Social	R\$ 2.754,35	30h/s
Superior	Engenheiro Elétrico	R\$ 5.431,00	40h/s
Superior	Engenheiro Civil	R\$ 5.431,00	40h/s
Superior	Fiscal Ambiental	R\$ 3.254,51	40h/s
Superior	Fonoaudiólogo	R\$ 3.607,30	40h/s
Superior	Médico Veterinário	R\$ 2.875,14	40h/s
Superior	Nutricionista	R\$ 2.747,19	40h/s
Superior	Psicólogo	R\$ 3.200,00	40h/s

Superior	Psicopedagogo	R\$ 2.743,77	40h/s
Superior	Terapeuta ABA	R\$ 2.743,77	20h/s
Superior	Terapeuta Ocupacional	R\$ 2.743,77	20h/s
Superior	Fisioterapeuta	R\$ 3.200,00	30h/s
Médio	Vigilante Sanitário	R\$ 3.558,43	40h/s
Fundamental	Auxiliar de serviço	R\$ 1.518,00	40h/s

LEIA-SE:

Nível	Cargo	Vencimento Básico	Carga Horária
Superior	Auditor Fiscal	R\$ 3.347,94	40h/s
Superior	Arquiteto	R\$ 5.431,00	40h/s
Superior	Assistente Social	R\$ 2.754,35	30h/s
Superior	Engenheiro Elétrico	R\$ 5.431,00	40h/s
Superior	Engenheiro Civil	R\$ 5.431,00	40h/s
Superior	Fiscal Ambiental	R\$ 3.254,51	40h/s
Superior	Fonoaudiólogo	R\$ 3.607,30	40h/s
Superior	Médico Veterinário	R\$ 2.875,14	40h/s
Superior	Nutricionista	R\$ 2.747,19	40h/s
Superior	Psicólogo	R\$ 3.200,00	40h/s
Superior	Psicopedagogo	R\$ 2.743,77	40h/s
Superior	Terapeuta ABA	R\$ 2.743,77	20h/s
Superior	Terapeuta Ocupacional	R\$ 2.743,77	20h/s
Superior	Fisioterapeuta	R\$ 3.200,00	30h/s

Médio	Vigilante Sanitário	R\$ 3.558,43	40h/s
Fundamental	Auxiliar de serviço	R\$ 1.621,00	40h/s

5. ALTERAÇÃO DO ITEM 12.7.

ONDE SE LÊ:

12.7. O resultado preliminar da análise dos pedidos de isenção da taxa de inscrição será divulgado na data provável de 14 de setembro de 2024, no endereço eletrônico <https://centraldeconcursos.fcpc.ufc.br>, sendo de responsabilidade da pessoa candidata acompanhar a publicação e tomar ciência do seu conteúdo.

LEIA-SE:

12.7. O resultado preliminar da análise dos pedidos de isenção da taxa de inscrição será divulgado na data provável de 14 de **setembro de 2026**, no endereço eletrônico <https://centraldeconcursos.fcpc.ufc.br>, sendo de responsabilidade da pessoa candidata acompanhar a publicação e tomar ciência do seu conteúdo.

6. ALTERAÇÃO DO ITEM 1.2. DO ANEXO I

ONDE SE LÊ:

1.2 Noções de Administração Pública
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Lei nº 12.527/2011 – Lei de acesso à informação; Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais; Lei nº 14.681 - Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação. Redação Oficial: normas e princípios segundo o Manual de Redação da Presidência da República e o Decreto nº 9.758/2019; Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948).

LEIA-SE:

1.2 Noções de Administração Pública
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Lei nº 12.527/2011 – Lei de acesso à informação; Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais; **Redação Oficial: normas e princípios segundo o Manual de Redação da Presidência da República e o Decreto nº 9.758/2019; Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948).**

7. ALTERAÇÃO DO ITEM 1.4 DO ANEXO I

ONDE SE LÊ:

1.4 Conhecimentos Específicos

Psicólogo

Código de Ética Profissional do Psicólogo (CEPP) – (Resolução CFP nº 010/2005); Atividades de Psicologia Escolar e Educacional (Resolução CFP 23/2022 atualizada pela Resolução CFP 17/2025); Obrigatoriedade do registro documental decorrente da prestação de serviços psicológicos: natureza e conteúdo de registros documentais; prontuários (Resolução CFP 01/2009); Elaboração de Documentos Psicológicos (Resolução CFP 06/2019); Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei nº 9394/1996); Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024 – Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013); Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015 – Atualizado Lei nº 14.863/2024); Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288, de 20 julho de 2010); Conhecimentos Técnicos do Cargo: Papel da Educação e da Escola na Sociedade; Relações Humanas na Escola: Educadores, Família e Comunidade; Psicologia Educacional e os Subsídios Teóricos Sobre a Educação; Psicologia Escolar e as Intervenções Psicológicas junto à Comunidade Escolar; Psicologia Escolar no ensino superior: demandas e intervenções; Aspectos relacionados a professores, alunos e práticas pedagógicas - conhecimento sobre o conceito e o desenvolvimento de estratégias de aprendizagem com alunos, professores e família, de modo a favorecer o processo de aprendizagem; Políticas públicas em educação e a Psicologia Escolar, processo de ensino e aprendizagem, desenvolvimento humano; Desenvolvimento Humano na Infância, Adolescência e Juventude; Intervenção em Psicologia Escolar na Mediação de Conflitos; Intervenções Psicológica e o Aspecto Preventivo em Psicologia Escolar; A Psicologia e os Processos de Inclusão nas Instituições de Ensino; Necessidades especiais na aprendizagem, caracterização e orientação de pessoas com deficiência, emprego de métodos e estratégias psicológicas na seleção e na aplicação de programas especiais de ensino; Procedimentos e Práticas Operacionais; Avaliação Psicológica sobre as Demandas Escolares; Mapeamento Institucional e Projetos de Intervenção na Educação; Planejamento e execução de pesquisas relacionadas à compreensão do processo ensino- aprendizagem e conhecimento das características psicossociais da comunidade escolar; Processos Grupais na Escola; Orientação profissional e vocacional – aplicação de testes de aptidões e outros meios; Atuação para a promoção de um ambiente acadêmico que valorize a diversidade e a equidade; Desenvolvimento de estratégias para lidar com aspectos emocionais e sociais na vida acadêmica; Conhecimento básico de sistemas operacionais e Pacote Office (Word, Excel, PowerPoint); Uso de ferramentas digitais institucionais como Google Drive, Planilhas Google e Documentos Google; Noções básicas de Redação Oficial: elaboração de ofícios, memorandos e e-mails institucionais conforme o Manual de Redação da Presidência da República (2023).

LEIA-SE:

1.4 Conhecimentos Específicos

Psicólogo

Código de Ética Profissional do Psicólogo (CEPP) – (Resolução CFP nº 010/2005); Atividades de Psicologia Escolar e Educacional (Resolução CFP 23/2022 atualizada pela Resolução CFP 17/2025); Obrigatoriedade do registro documental decorrente da prestação de serviços psicológicos: natureza e conteúdo de registros documentais; prontuários (Resolução CFP 01/2009); Elaboração de Documentos Psicológicos (Resolução CFP 06/2019); Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei nº 9394/1996); Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024 – Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013); Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015 – Atualizado Lei nº 14.863/2024); Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288, de 20 julho de 2010);

Conhecimentos Técnicos do Cargo: Papel da Educação e da Escola na Sociedade; Relações Humanas na Escola: Educadores, Família e Comunidade; Psicologia Educacional e os Subsídios Teóricos Sobre a Educação; Psicologia Escolar e as Intervenções Psicológicas junto à Comunidade Escolar; Psicologia Escolar no ensino superior: demandas e intervenções; Aspectos relacionados a professores, alunos e práticas pedagógicas - conhecimento sobre o conceito e o desenvolvimento de estratégias de aprendizagem com alunos, professores e família, de modo a favorecer o processo de aprendizagem; Políticas públicas em educação e a Psicologia Escolar, processo de ensino e aprendizagem, desenvolvimento humano; Desenvolvimento Humano na Infância, Adolescência e Juventude; Intervenção em Psicologia Escolar na Mediação de Conflitos; Intervenções Psicológica e o Aspecto Preventivo em Psicologia Escolar; A Psicologia e os Processos de Inclusão nas Instituições de Ensino; Necessidades especiais na aprendizagem, caracterização e orientação de pessoas com deficiência, emprego de métodos e estratégias psicológicas na seleção e na aplicação de programas especiais de ensino; Procedimentos e Práticas Operacionais; Avaliação Psicológica sobre as Demandas Escolares; Mapeamento Institucional e Projetos de Intervenção na Educação; Planejamento e execução de pesquisas relacionadas à compreensão do processo ensino- aprendizagem e conhecimento das características psicossociais da comunidade escolar; Processos Grupais na Escola; Orientação profissional e vocacional – aplicação de testes de aptidões e outros meios; Atuação para a promoção de um ambiente acadêmico que valorize a diversidade e a equidade; **Desenvolvimento de estratégias para lidar com aspectos emocionais e sociais na vida acadêmica; Noções básicas de Redação Oficial: elaboração de ofícios, memorandos e e-mails institucionais conforme o Manual de Redação da Presidência da República (2023).**

Permanecem inalteradas as demais disposições do EDITAL Nº 02/ARACATI/FCPC, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

Aracati, 08 de setembro de 2026.

Roberta Cardoso Barbosa de Almeida
Prefeita de Aracati